

A História das Missões Orientais do Uruguai e a memória nacional.

GABRIEL DE FREITAS FOCKING¹

O estudo que apresento versará sobre uso do trabalho historiográfico como um modo de produzir uma representação oficial do passado missioneiro gaúcho. A análise proposta tomará como referência o livro “História das Missões Orientais do Uruguai” de Aurélio Porto. A obra é parte da série de Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, e foi impressa em 1943. (PORTO, 1943).

A necessidade de uma “história oficial das missões” surge no momento de institucionalização de políticas federais de preservação do Patrimônio Histórico no Brasil, no contexto do Estado Novo.

Em 1937 é criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vinculado ao Ministério da Saúde e Educação, de Gustavo Capanema. A presidência do Serviço a cargo do advogado Rodrigo Melo Franco de Andrade, autor principal do Decreto-Lei nº 25 de 1937, que regulamenta as atividades do SPHAN.

A partir deste momento, o “Serviço” passa a realizar uma série de tombamentos, entre os quais figura o tombamento das ruínas da antiga redução jesuítica de São Miguel Arcanjo, no atual município de São Miguel das Missões-RS.

Tombado em 1938, as ruínas de São Miguel receberam grande atenção da parte de Getúlio Vargas. No prefácio de sua História das Missões Orientais do Uruguai, A. Porto declara que

“[...] difícil seria compreender, em suas linhas estruturais, a arte jesuítico-colonial, cujos monumentos vetustos se reerguem, agora, na região missioneira, reconstituído pelo Serviço do Patrimônio Histórico, por determinação do Sr. Getúlio Vargas, que assim integra ao patrimônio artístico nacional uma das mais belas páginas da História do Brasil.”

Se considerarmos bem esse dado, é possível imaginar o impacto que tal empreendimento representou para a nova instituição que acabava de ser criada. Isso permite inferir que a restauração das Ruínas de São Miguel Arcanjo e a construção do Museu das

¹ Mestrando em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Técnico em Assuntos Educacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Missões deveria ser uma realização exemplar, procurando demonstrar a eficiência e importância do SPHAN.

Consequente ao tombamento, as ruínas de São Miguel recebem a visita do arquiteto Lúcio Costa, principal agente da área técnica do SPHAN. Na visita, Lúcio Costa elabora um relatório detalhado das ruínas e seu entorno, além da visita em remanescentes dos famigerados Sete Povos das Missões. Após a visita técnica, é elaborado um plano de consolidação das ruínas e de construção do Museu das Missões.

A preparação do arquiteto para trabalho de avaliação dos vestígios da “civilização jesuítica” no sul foi baseada nas referências históricas disponibilizadas por Augusto Meyer, nesse momento atuando como representante regional do SPHAN no Rio Grande do Sul. Dessa forma, sua imersão na avaliação das possibilidades de preservação das ruínas se fez a partir das noções sobre a história das missões disponíveis naquele período. Em sua atuação como arquiteto do SPHAN, Lúcio projeta um plano de conservação imbuído pela visão da ação civilizatória dos jesuítas sobre os povos indígenas na América Meridional.

O argumento de que as obras em São Miguel tenham sido tomadas como “vitrine” do SPHAN no período de sua execução ganha força ao verificarmos as referências feitas sobre a execução das obras em São Miguel.

Segundo Lígia Marins Costa, em 1937 esse assunto [Museus] foi levado a Rodrigo Melo Franco de Andrade por Lucio Costa, que, a pedido do primeiro, havia viajado para São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul, a fim de averiguar o estado em que se encontravam as ruínas das antigas missões jesuíticas. Ao retornar, o arquiteto propôs, além dos trabalhos de contenção e recuperação arquitetônicas, a constituição de um pequeno museu, para “dar ao visitante uma impressão tanto quanto possível aproximada do que foram as Missões”. Lígia Martins Costa considerava que tais recomendações haviam sido decisivas para Rodrigo Melo Franco de Andrade, vindo este museu a se tornar um “padrão-ideal para os museus regionais monográficos que [o Sphan] iria organizar. (CHUVA, 2009: 181-182)

As palavras de Ligia M. Costa demonstram o significado que as obras de contenção e recuperação das ruínas e construção do Museu alcançaram no âmbito das emergentes políticas de preservação emanadas do SPHAN. Na ação do SPHAN em relação aos museus, verifica-se uma orientação para o desenvolvimento de um modelo “alicerçado em um corpus científico gerado e desenvolvido no interior da instituição”, em oposição a uma visão de uma

museologia centrada no período imperial, vinculada ao antiquarismo e orientada pela concepção pedagógica da história *magistra vitae*.²(JULIÃO, 2009).

Em sua dissertação de Mestrado, Letícia Bauer trata, em determinado momento, da experiência de Lucio Costa na configuração do espaço preservado em São Miguel das Missões. Ao abordar a museografia desenvolvida pelo SPHAN no Museu das Missões, comenta sobre os agradecimentos realizados por Rodrigo Melo Franco de Andrade a A. Porto e Sérgio Buarque de Holanda “pelos resumos históricos destinados a esclarecer a origem das peças recolhidas” (BAUER, 2006: 102). A pesquisadora surpreende-se com a participação de Sérgio Buarque de Holanda no trabalho de dar sentido aos vestígios das antigas reduções. Nenhuma surpresa causou a ela, porém, a colaboração do intelectual gaúcho A. Porto. Para Letícia, é surpreendente que um dos “intérpretes do Brasil” tenha sido incluído nos trabalhos de construção do Museu das Missões. Tal participação surpreende, como coloca Letícia, por ser um caso *sui generis* da atuação do autor de Raízes do Brasil em um trabalho estritamente ligado ao Rio Grande do Sul e à configuração de um museu.

Assim como para Bauer, a participação de A. Porto no Museu das Missões não chega a causar surpresa, uma vez que ele estava já há muitos anos envolvido com o poder central, como comentador nas notas ao *Processo dos Farrapos* e nos *Anais do Itamaraty* que compõe a série “Farrapos”. Entretanto, uma vez que A. Porto vinha desenvolvendo suas pesquisas acerca de outros acontecimentos ocorridos no sul do Brasil, por qual razão é chamado a colaborar com a construção de uma história das Missões? A resposta para essa questão pode começar com um breve exame da trajetória de A. Porto no ofício de escrita da história.

De acordo com a proposta analítica de Ieda Gutfriend, A. Porto inicia seus escritos sobre a história do Rio Grande Sul dentro do que a autora chama de *matriz platina*, mas ao longo de sua trajetória, passa a vincular-se a outro campo, a *matriz lusitana*. Segundo Gutfriend, à matriz platina

² É preciso considerar, entretanto, que mudanças no perfil dos museus operavam-se em momentos anteriores e sem relação direta com o SPHAN. Na abordagem da configuração dada ao Museu Paulista por Affonso de Taunay, a partir dos anos 1920, percebe-se com clareza que a interpretação de que no passado colonial está a origem da nação. Há, nesta perspectiva, um dever de memória vinculado heróis fundadores do Brasil. No caso do Museu Paulista, o trabalho de Taunay foi o de colocar no centro da construção da nação, como o seu elemento mais importante, o papel do bandeirante. Como demonstra Ana Claudia Fonseca Brefe, todos os espaços do Museu vão sendo constituídos por elementos que remetem ao esforço bandeirante - usado como um sinônimo de paulista - na formação da nação. Ver BREFE, Ana Cláudia Fonseca. O Museu Paulista: Affonso Taunay e a memória nacional. São Paulo: editora da UNESP: Museu Paulista, 2005.

“filiam-se historiadores que enfatizam algum tipo de relação ou influência da região do Prata na formação histórica sul-rio-grandense e comumente defendem que a área das Missões Orientais, com aldeamentos jesuíticos do século XVII, componha a história do Rio Grande do Sul. A outra, a matriz lusitana, minimiza as aproximações do Rio Grande do Sul com a área platina e, conseqüentemente, defende a inquestionável supremacia da cultura lusitana na região.” (GUTFRIEND, 1998: 11).

Conforme as notas biográficas escritas pelo padre jesuíta Luís Gonzaga Jaeger na segunda edição da obra, publicada pela Livraria Selbach em 1954³, A. Porto tinha, na época da publicação da primeira edição, uma extensa atuação como historiador do Rio Grande do Sul, bem como fortes vínculos políticos estabelecidos, primeiro com o Partido Republicano Riograndense (PRR)⁴ e após 1930 com o Governo Vargas.

A biografia de A. Porto como um importante historiador para o Rio Grande do Sul é confirmada também pelo já citado estudo de Gutfriend, que o considera como um lançador de uma nova corrente na historiografia gaúcha. Para Gutfriend, o trabalho central de A. Porto na construção de uma história do Rio Grande do Sul foi relacionado aos debates em torno da Revolta Farroupilha que emergiram na década de 1930, principalmente devido à aproximação do centenário da revolta. Em oposição à versão construída por Alfredo Varella, que procurou mostrar o caráter separatista do conflito e uma posição *platinista* dos líderes farroupilhas, os trabalhos de A. Porto como comentador no *Processo dos Farrapos* nos Anais do Itamaraty formaram uma imagem de um conflito de cunho nacionalista no interior do império:

Os comentários, as notas históricas do funcionário do Museu e do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, em comissão no Arquivo Nacional, onde galgou alto posto ainda na década de 1930, mostraram ao Rio Grande do Sul e ao Brasil uma revolução nacional, patriótica, enquadrada no panorama da formação cívica brasileira. (GUTFRIEND, 1998: 52).

Esse breve panorama da inserção de A. Porto no cenário historiográfico rio-grandense, considerando sua trajetória de atuação política junto ao PRR permite estabelecer um nexo entre o autor da História das Missões Orientais do Uruguai e o SPHAN. Como bem coloca De Certeau, ao escrever sobre seu próprio ofício, a escrita da história é condicionada pelo lugar

³ Pelo que foi possível constatar, na segunda edição da História das Missões Orientais do Uruguai não houve modificações substanciais nos escritos de Aurélio Porto. A segunda edição traz algumas notas explicativas do padre Jaeger e uma atualização ortográfica. Ver PORTO, Aurélio. História das Missões Orientais do Uruguai. 2. ed. rev. melhor. por Luís Gonzaga Jaeger, S.J. Porto Alegre: Selbach, 1954 2volumes. p. 9, v 1.

⁴ Segundo aponta o padre Jaeger no prólogo da segunda edição, A. Porto foi diretor do PRR e Intendente municipal em Montenegro-RS e Garibaldi-RS, pelo mesmo partido.

social e institucional do historiador (CERTAU, 1995: 32). Nesta perspectiva, torna-se inteligível a escolha de A. Porto para escrever uma história das Missões.

Conforme declaração do próprio autor, a origem do livro está relacionada ao convite de Rodrigo Melo Franco de Andrade para escrever um modesto estudo sobre a “Arte na civilização jesuítica das Missões”. Segundo Porto, a tarefa para a qual foi convidado extrapolou os limites da solicitação, devido às “injunções do próprio assunto”. Pela perspectiva do historiador, a compreensão da arte missioneira só poderia ser alcançada com um estudo aprofundado da “civilização jesuítica que floresceu nas Missões Orientais do Uruguai e sua conexão com os lineamentos da fundação do Rio Grande do Sul” (PORTO, 1943: VII). A. Porto justifica, portanto, que o entendimento dos vestígios materiais das antigas reduções de índios organizadas pelos jesuítas – considerados pelo SPHAN como tendo um valor artístico – somente poderiam ser compreendidas em sua profundidade histórica. Destaca-se, na sua perspectiva, a relação que pretendeu estabelecer entre a fundação do Rio Grande do Sul e o passado missioneiro.

O livro sobre história das missões de A. Porto carrega ainda outras características que permitem vislumbrar a atuação do historiador em relação ao seu lugar social e institucional.

Em meio à análise das origens sociais das práticas de preservação estabelecidas pelo SPHAN no Brasil, Márcia Romeiro Chuva apresenta uma apreciação da série Publicações do SPHAN. A pesquisadora busca demonstrar o

papel articulador de um debate entre intelectuais e propagandistas da ação institucional implementado por meio das edições do Sphan, que somavam o caráter legitimador ao caráter divulgador de um conhecimento especializado prescrito pela agência do Estado.(CHUVA, 2009: 246).

De acordo com Chuva, a série de publicações do SPHAN deveria ser composta por um conjunto de monografias que oferecesse uma direção e um sentido para a história da arte no Brasil. Na primeira publicação desta série, foi apresentado o estudo sobre os *Mucambos do Nordeste*, de Gilberto Freire. Muitos dos autores dos demais números eram escolhidos entre os próprios membros do corpo de técnicos recrutado para o SPHAN. Para Chuva, a publicação de *Mucambos* foi bastante impactante, pelo tema escolhido, pouco adequado aos recortes que vinham se estabelecendo na instituição. No entanto, por tratar da habitação

popular, a publicação de Gilberto Freyre também aponta para um dos sentidos da “civilização brasileira” que se queria propagar. Conforme Chuva,

Embora os mocambos do Nordeste analisados por Freyre fossem, sem dúvida, bastante distintos das casas tombadas em conjunto nas cidades mineiras, há que se notar um esforço no sentido da ampliação do conceito de obra de arte, posto que não tinham autoria nem eram consagradas, tratando-se da arquitetura vernacular da sociedade mineira do século XVIII (CHUVA, 2009: 254-255).

Ainda segundo a análise da pesquisadora, a partir da percepção de Lucio Costa de que a habitação popular fosse analisada principalmente como obra de arte e não como documento, delineou-se uma hierarquia no sistema de classificação dos bens a serem protegidos pelo SPHAN, em que a atribuição de valor histórico ficou em segundo plano em relação a atribuição de valor artístico (CHUVA, 2009: 255).

Considerando essa dinâmica nas iniciativas editoriais do SPHAN, percebe-se claramente qual a necessidade de um estudo monográfico sobre a arte missioneira. A publicação de uma monografia com essa temática deveria apresentar a contribuição da experiência missioneira no Rio Grande do Sul para a história da arte brasileira.

Em busca deste objetivo ou não, A. Porto acaba por mergulhar em um estudo sobre a relação da experiência das missões da Companhia de Jesus na América Meridional na formação histórica do Rio Grande do Sul. Apoiado na Coleção de Angelis, formada por “milhares de documentos, em sua maior parte originais e inéditos, que constituem essa coleção da opulenta *Secção de Manuscritos* da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro”, A. Porto aponta que no decorrer de sua pesquisa “revelações surpreendentes” encontradas na documentação “encheram-nos de admiração e respeito por esse homens admiráveis que foram os jesuítas” (PORTO, 1943: VII).

Com efeito, A. Porto realiza um estudo bastante extenso, que inicia com considerações sobre a fundação da Companhia de Jesus, sua inserção no Brasil, os jesuítas na Província do Paraguai, a catequese a “civilização jesuítica-colonial”. Ao todo, a pesquisa de A. Porto deveria compor dois volumes, sendo primeiro dedicado ao “Ciclo da Civilização Jesuítica das Missões” e o segundo a “Arte na Civilização Jesuítica das Missões”.

Sobre a realização da obra, escreveu o padre Jaeger no prólogo da segunda edição:

Desgraçadamente, o segundo volume ficou afogado no tinteiro, com apenas algumas notas esparsas e um auspicioso Índice, que prometia uma contribuição esplêndida e inédita para a Cultura Cívico-Religiosa Sul-Americana. Entretanto, se Deus quiser, esta última parte não ficará esquecida, mas será estudada carinhosamente e dada à luz num futuro próximo, vindo constituir o volume V da série “Jesuítas no Sul do Brasil”. (PORTO, 1954, v1: 9).

A perspectiva da “civilização jesuítica” perpassa todo o livro escrito por A. Porto. Conforme a abordagem de Luiz Henrique Torres – em sua tese de doutorado sobre a produção historiográfica no Rio Grande do Sul entre 1819 e 1975 e as interpretações sobre a participação das Missões Jesuítico-Guaranis na formação histórica do Rio Grande do Sul – na obra de A. Porto verifica-se a insistência no trabalho referenciado em documentos, o que o diferencia dos trabalhos anteriores. Contudo, permeado por uma perspectiva etnográfica dominante nas décadas de 1930 e 1940, A. Porto enfatiza a ação civilizatória dos jesuítas sobre índios primitivos, ferozes e humanamente inferiores. (TORRES, 1996: 272-285).

Fundamentalmente pacífico, como povo já sedentário e agricultor na época da conquista, covarde mesmo ante a agressão de outras nações, o tape, sob o influxo jesuítico, evoluíra, tornando-se um soldado combativo e disciplinado. O fanatismo a que atingira a sua fé religiosa, a educação cristã que lhe modificara o caráter primitivo, a certeza que lhe alicerçava a consciência [sic] de que combatia pela maior glória do Senhor, para ganhar o reino de Deus, davam-lhe a coragem que se reflete nas ações de seus grandes heróis que tombam, no campo de luta, circundados de um cheiro de santidade, como esse bravo Sepé, que o povo canoniza. (PORTO, 1943: 287).

Sob essa ótica, A. Porto desenvolve uma versão jesuítica da história missioneira, apoiada em vasta documentação e oficializada pelo SPHAN. Será esse índio cristão civilizado, trabalhado pela mão incansável dos padres da companhia, que contribuirá pra a formação étnica do gaúcho. Para A. Porto, é através do processo civilizatório iniciado pela Companhia de Jesus que foi possível a participação do indígena na formação do gaúcho. Criou-se assim um laço entre passado e presente, entre o índio missioneiro e o gaúcho do campo, um “tipo semi-bárbaro do pampa, cujos usos, costumes, indumentária e língua ficam como patrimônio da etnia rio-grandense, e difundem-se no Prata, criando este fator étnico comum” (PORTO, 1936: 273-301 *apud* TORRES, 1996: 279).

As consequências do Tratado de Madri, da Guerra Guaranítica e da expulsão dos jesuítas do território das missões orientais do Uruguai foram vistas como o fator de decadência moral dos índios, acarretando a ruína da “civilização jesuítica.” Assim, A. Porto

encontra uma explicação para o arruinamento das edificações que o SPHAN queria agora conservar.

A operação realizada pelo SPHAN, através do plano de conservação de São Miguel e da atuação como historiador de A. Porto pode ser relacionada à noção de uma história-memória, no sentido conferido por Nora, ao escrever sobre o momento de ruptura dessa relação com o passado desenvolvida na França:

“A história e, mais precisamente, aquela do desenvolvimento nacional, constituiu a mais forte de nossas tradições coletivas, nosso meio de memória, por excelência. Dos cronistas da Idade Média aos historiadores contemporâneos da “história total”, toda a tradição histórica desenvolveu-se como exercício regulado de memória e seu aprofundamento espontâneo, a reconstituição de um passado sem lacuna e sem falha. (NORA, 1993: 10).

A configuração das Ruínas de São Miguel das Missões em patrimônio nacional no final dos anos 1930 pode ser compreendida como uma operação de nacionalização, no campo simbólico, de ruínas que não necessariamente teriam relevância para a nação. Resultado de uma série de processos históricos intrincados e não raro violentos, na disputa por territórios entre impérios coloniais e posteriormente entre estados nacionais emergentes, restaram ruínas de uma experiência colonial por muitos considerada sem igual.

Na emergência do nacionalismo brasileiro pós 1930, em que destaca-se – por iniciativa do próprio regime instaurado – a figura de Getúlio Vargas, o tombamento das ruínas de São Miguel, as obras de conservação e criação do complexo Museu das Missões – Ruínas, necessitou de uma história que lhe conferisse nacionalidade brasileira. Como coloca Nora, “a definição nacional do presente chamava imperiosamente sua justificativa pela iluminação do passado”.

Conquistas territoriais, botim de guerras, terras destinadas à colonização, o corolário de todo o processo de conquista e anexação iniciado com colonização, em todas as suas variantes históricas. Ainda que tardiamente, a própria memória do processo de conquista da região missioneira foi capturada pelo Estado Nacional. O Rio Grande do Sul necessitou provar-se brasileiro e as Missões deveriam incorporar-se na formação do Brasil. A. Porto, na História das Missões Orientais do Uruguai apresenta um indício bastante significativo das motivações em incorporar as missões à memória nacional. Como dedicatória de sua obra, escreveu: “À Terra Missioneira, na pessoa do mais ilustre de seus filhos, Dr. Getúlio

Dornelles Vargas, restaurador do patrimônio artístico e histórico do Brasil. Homenagem do autor”.

Tornado um lugar de memória nacional, as ruínas de São Miguel foram incorporadas à história da arte brasileira, segundo o modelo estabelecido pelo SPHAN. A transformação realizada pelo estado nacional criou as condições para que também a sua história fosse incorporada à “civilização brasileira”. Como afirma Nora, se “a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória” Ainda que petrificados, fechados sobre si mesmo, está também, “constantemente aberto sobre a extensão de suas significações” (NORA, 1993: 13).

A. Porto, ao investir em uma proposta do SPHAN encontra também a oportunidade para a realização de um trabalho próprio, um trabalho autoral. Foi convidado a escrever uma monografia sobre história da arte nas missões e apresentou uma História das Missões, mas igualmente interessante para os propósitos do Estado.

No contexto do debate atual sobre a inserção do historiador no “espaço público”, das iniciativas de rumo à regulamentação do exercício profissional e dos vínculos de trabalho estabelecidos além do ensino formal nas escolas e do ensino-pesquisa nas universidades, a breve análise feita sobre a História das Missões Orientais do Uruguai permitiu entrever algumas possibilidades para o enfrentamento de questões relacionadas aos constrangimentos que a inserção do historiador em determinados espaços podem ocasionar.

Como colocam Sidney Chaulhoub e Paulo Fontes, há sempre o risco do constrangimento do historiador em sua atuação no “espaço público” (CHALHOUB & FONTES, 2009). Nos debates em torno da “história pública” (LIDDINGTON, 2011), surgem as questões sobre perfil do historiador e da dependência de sua produção às instituições a que estão filiados. Atualmente verifica-se também o empenho dos historiadores na ocupação de outros espaços de atuação, tanto em campos outrora delimitados por outros profissionais, quanto em novos campos, como as ditas “mídias alternativas”, os quais ainda não sofreram precisamente recortes disciplinares suficientes para uma interdição ao ofício do historiador.



Referências Bibliográficas

BAUER, Letícia. O Arquiteto e o Zelador: patrimônio cultural, história e memória – São Miguel das Missões (1937-1950). (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

CERTEAU, Michel De. A operação histórica. In: LE GOFF, J.; NORA, P. História: novos problemas. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.

CHALHOUB, Sidney; FONTES, Paulo. “História social do trabalho, história pública”. In: *Revista Perseu*, n. 4, 2009.

CHUVA, Marcia Regina Romeiro. Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GUTFREIND, Ieda. A historiografia gaúcha. 2ª Ed. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1998.

JULIÃO. Letícia. O Sphan e a cultura museológica no Brasil. *Estudos Históricos*, vol.22, n.43, Rio de Janeiro, Jan./June, 2009.

LIDDINGTON, Jill. “O que é história pública?”. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (orgs.). *Introdução à história pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

NORA, Pierre. “Entre memória e história. A problemática dos lugares”. In: *Projeto História*, n. 10, 1993.

PORTO, Aurélio. História das Missões Orientais do Uruguai. 2. ed. rev. melhor. por Luís Gonzaga Jaeger, S.J. Porto Alegre: Selbach, 1954 2volumes. p. 9, v 1.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

PORTO, Aurélio. História das Missões Orientais do Uruguai. Publicações do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 9. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1943. Disponível em <http://ufdc.ufl.edu/AA00011461/00001> .

TORRES, Luiz Henrique. Historiografia sul-rio-grandense o lugar das missões jesuítico-guaranis na formação histórica do Rio Grande do Sul : 1819-1975. Tese (Doutorado em História) - PUCRS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 1996. p. 272-285.